



Juizado de Conciliação é premiado por ação voluntária

A Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais (Fiemg) entregou o Troféu Voluntários das Gerais para o Juizado de Conciliação — projeto do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A premiação aconteceu, na segunda-feira (13/9), durante o 3º Seminário Aberto em Minas Gerais — Responsabilidade Social Empresarial e Desenvolvimento Sustentável, no Centro de Artes e Convenções da Universidade Federal de Ouro Preto.

O Juizado de Conciliação concorreu com outros cerca de 150 projetos indicados e foi o vencedor da categoria especial do prêmio organizado pelo programa Voluntários das Gerais.

De acordo com a organização do evento, o projeto do Tribunal de Justiça foi escolhido porque, através do trabalho de centenas de voluntários, está funcionando como um espaço aberto à comunidade, favorecendo a solução dos conflitos, em especial, da população mais carente.

Também receberam o troféu outros nove projetos, desenvolvidos por pessoas físicas e empresas em diversas regiões de Minas Gerais. Os participantes foram indicados pelas comunidades beneficiadas pela ação dos voluntários e os vencedores escolhidos por uma comissão julgadora.

Na solenidade de entrega do troféu, o desembargador Antônio Hélio Silva, 3º vice-presidente do TJ mineiro e coordenador-geral dos Juizados de Conciliação, foi escolhido pela organização do evento para agradecer em nome de todos os premiados.

Para o desembargador, o trabalho dos voluntários é um instrumento importante para a construção de uma sociedade melhor, mais justa, simples e solidária.

“Acredito que, assim como nós do Juizado de Conciliação, todos que foram aqui premiados por suas ações voluntárias sentem uma enorme gratificação de estar podendo ajudar outras pessoas”, afirmou Silva.

Espaço de conciliação

Em Minas Gerais já existem 283 Juizados de Conciliação, sendo 60 em Belo Horizonte e o restante distribuído pelo estado. Eles vêm sendo responsáveis pela construção de uma nova cultura para se fazer justiça.

Os Juizados de Conciliação são uma iniciativa de responsabilidade social desenvolvida pelo Tribunal de Justiça em parceria com a sociedade, oferecendo aos grupos mais vulneráveis da população espaço para a solução consensual de seus conflitos.



A diferença desses Juizados em relação à Justiça formal (Poder Judiciário) é que a decisão não é imposta por um juiz. Qualquer indivíduo pode procurar os Juizados de Conciliação, sem a necessidade de se constituir um processo judicial formal. Outro aspecto é que seu acesso é gratuito, dentro das próprias comunidades, onde qualquer tipo de conflito pode ser resolvido.

“O espaço é o do diálogo, com a intermediação de um conciliador-voluntário; os envolvidos falam e são ouvidos, assumem a solução de seus problemas, com um acordo direto entre eles, evitando que os conflitos se transformem em processos judiciais, promovendo assim a paz social”, destaca o desembargador Antônio Hélio Silva.

Date Created

16/09/2004